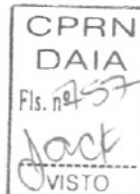




GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
COORDENADORIA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS



PARECER TÉCNICO FLORESTAL

1. Número 2. Nº do Processo SMA/DEPRN
0000000403 / 2007 76045 / 2007

3. Nome do Interessado CENTRAL ENERGÉTICA MORENO DE MONTE APRAZÍVEL AÇÚCAR E ALCOOL LTDA		4. CPF ou CNPJ 04171382000177
5. Nome do Procurador ou Representante Legal CENTRAL ENERGÉTICA MORENO DE MONTE APRAZÍVEL AÇÚCAR E ALCOOL LTDA		6. CPF ou CNPJ 04171382000177
7. Denominação da propriedade Fazenda Santa Maria		8. Área total da propriedade (ha) 16,940000
9. Localização da propriedade (endereço, bairro, distrito, loteamento) Rodovia Pedro Resende, SPV 112, Km 10+100m.	10. CEP 15150-000	11. Município MONTE APRAZÍVEL
12. Coordenadas Geográficas de acordo com a planta 628469,00 Latitude		7696397,00 Longitude
13. Classificação da Área Especialmente Protegida. ANP		14. Tipo da Área Protegida Área Comum Não protegida
15. Finalidade do Parecer Outros		16. Área total do Empreendimento (ha) 4,873062
17. Considerando a finalidade requerida na área do empreendimento, concluímos:		

EM BRANCO - VIDE PAGINA 2 DE 2

19. Nome da Equipe Técnica do DEPRN
ETVO - EQUIPE TÉCNICA DE VOTUPORANGA

22. Data da expedição

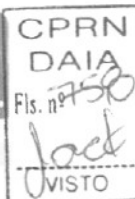
12/11/2007

23. Assinatura da Autoridade Florestal e carimbo

O PRESENTE PARECER NÃO SE CONSTITUI EM AUTORIZAÇÃO E NÃO COMPROVA O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE

Página 1 de 2

Eng.º José Mauro de Lima Pedrosa
CREA N.º 5.060.468.863
Supervisor E. Tec. DEPRN Votuporanga



PARECER TÉCNICO FLORESTAL

1. Número

0000000403 / 2007

2. Nº do Processo SMA/DEPRN

76045 / 2007

Conforme análise dos autos e vistoria realizada, entende-se que a ampliação da unidade industrial e agrícola, além da cogeração de energia elétrica, se implantada na forma do estabelecido e adotada as condicionantes abaixo elencadas não deverá contrariar o estabelecido pelo código florestal, razão pela qual entendemos favoravelmente ao empreendimento desde que atendida ou comprovadamente em atendimento até a fase da licença de operação as seguintes condicionantes:

- 1) Proceder a averbação da Reserva Legal do imóvel onde se encontra instalada a unidade industrial, nos termos do que preconiza o artigo 16 da Lei 4.771/65, devendo complementarmente ser apresentado junto a Equipe Técnica do DEPRN de Votuporanga, um projeto técnico, elaborado por profissional legalmente habilitado e respectiva ART, que possibilite a recuperação florística de área ainda não florestada, necessária ao atendimento dos 20% mínimos do imóvel exigido para este fim.
- 2) Nas áreas da lavoura de cana de açúcar que sejam próprias e/ou de arrendamentos, onde houver a necessidade do abate de árvores nativas isoladas, deverá ser previamente requerido junto ao DEPRN de Votuporanga, a autorização específica exigível para este fim.
- 3) As áreas de preservação permanente, formações florestais e agrupamentos arbóreos existentes nas áreas limítrofes ao cultivo da lavoura de cana de açúcar já implantadas ou que venham a ser implantadas deverão ser isoladas fisicamente por corredores que deverão possuir no mínimo 10,00 metros de largura, não podendo nestas áreas ocorrer intervenções antrópicas, a não ser aquelas passíveis de licenciamentos, que deverão ser objeto de análise prévia junto aos órgãos competentes com a respectiva emissão da autorização;
- 4) Caso o sistema de fertilização exija a construção de emissários, dutos ou demais instalações de transporte do efluente a ser utilizado que demandem interferências no interior de áreas de preservação permanente e/ou a supressão de vegetação natural ou árvores isoladas, previamente à instalação do sistema, deverá ser solicitado junto ao DEPRN a autorização para as intervenções necessárias, devendo esta ser efetuada tão somente após a emissão da autorização correspondente;
- 5) Caso o sistema de transmissão de energia elétrica advinda da cogeração, exija a construção de torres, redes e/ou linhas de distribuição ou demais instalações para distribuição elétrica que demandem interferências no interior de áreas de preservação permanente e/ou a supressão de vegetação natural ou árvores isoladas, previamente à instalação do sistema, deverá ser solicitado junto ao DEPRN a autorização para as intervenções necessárias, devendo esta ser efetuada tão somente após a emissão da autorização correspondente;
- 6) O Empreendedor deverá desenvolver programa de recuperação florística das APPs existentes no entorno das áreas cultivadas pela cultura de cana de açúcar, fornecedoras da unidade industrial, que deverá contemplar todas os imóveis próprios e arrendamentos, devendo ser apresentado junto ao DEPRN de Votuporanga, um detalhamento de referido programa de recuperação das APPs e sua cronologia de implantação, que uma vez aprovado, ensejará a formalização de termo de compromisso de recuperação ambiental que contemple a adoção das ações necessárias no âmbito geral da operacionalização do programa.
- 7) Desenvolver programa de fomento para a averbação das áreas de reserva dos imóveis próprios e arrendamentos, utilizados no cultivo da lavoura de cana de açúcar fornecedora da unidade industrial.
- 8) Não promover corte raso nos remanescentes florestais existentes, a exceção daqueles passíveis de corte nos termos da legislação vigente, cuja autorização deverá ser previamente requerida junto ao DEPRN de Votuporanga;
- 9) Na Sistematização e preparo do solo para a introdução da lavoura de cana de açúcar, deverão ser adotados os princípios da boa técnica de preparo e conservação do solo, devendo ser construído/reformado curvas de nível, terraços, caixas de contenção, etc., de maneira a não promover a instalação de processos erosivos, atendendo assim o estabelecido nos termos do Decreto Estadual 41.719/97;
- 10) O Empreendedor não deverá usar o fogo para a queima da palha da cana de açúcar nas lavouras destinadas ao suprimento da expansão da unidade industrial, devendo observar que as lavouras de cana de açúcar que foram e/ou serão introduzidas para o atendimento da expansão da unidade industrial deverão ser colhidas sem o uso de fogo, como método de pré-colheita.
- 11) As lavouras de cana de açúcar já existentes e utilizadas até esta Safra 2007, deverão atender a cronologia de redução do uso de fogo nos termos da legislação vigente.
- 12) Deverá ser apresentado junto ao DEPRN de Votuporanga, Plano de Monitoramento Ecológico (flora e Fauna) referente a novos pontos amostrais que deverão ser plotados no interior da área prevista para a expansão da lavoura canavieira, devendo estes ser localizado geograficamente, bem como as unidades vegetacionais e faunísticas que deverão ser monitoradas. Deverá ser apresentado os detalhes técnicos, procedimentos e materiais e métodos das campanhas de monitoramento projetadas, juntamente com a cronologia de execução das mesmas (campanhas trimestrais/relatórios semestrais), observando que os relatórios técnicos advindos destas campanhas deverão ser modelados utilizando-se de listagens efetuadas por campanhas e não acumulativas, possibilitando assim a comparação com os resultados obtidos em campanhas anteriores.
- 13) O Empreendedor deverá implementar o Plano de Repovoamento da Ictiofauna do Ribeirão Cachoeira com o acompanhamento de Instituição de Pesquisa que seja reconhecida por ato fundamentado, que deverá acompanhar a operacionalização do mesmo e emitir laudo técnico de conformidade, não devendo ser utilizadas espécies alóctones e/ou portadoras de vetores de organismos patogênicos, de maneira a evitar eventuais riscos/desequilíbrios à flora e fauna local.
- 14) Deverá ser verificado a conveniência ambiental do empreendimento junto a CETESB e DAIA.

Discriminação	QUADRO DE ÁREAS		Área em (ha)
	Tipo vegetação	Estágio de sucessão	
Área Comum Não protegida	Sem vegetação	Estágio Pioneiro	4,873062
Área total com vegetação			4,873062
Área total com outros usos			12,066938
Área total da propriedade			16,94

19. Nome da Equipe Técnica do DEPRN

ETVO - EQUIPE TÉCNICA DE VOTUPORANGA

22. Data da expedição

12/11/2007

23. Assinatura da Autoridade Florestal e carimbo

O PRESENTE PARECER NÃO SE CONSTITUI EM AUTORIZAÇÃO E NÃO COMPROVA O DOMÍNIO DA PROPRIEDADE

Página 2 de 2

Eng.º José Mauro de Lima Pedrosa
CREA N.º 5.060.468.863
Superior T. Tec. DEPRN Votuporanga